

Região Norte ainda não tem condições para fixar capital humano

Partilha do risco é essencial às indústrias criativas

A partilha do risco poderá fazer com que mais actuais e potenciais “business angels” se tornem activos no investimento em projectos criativos e inovadores, sobretudo em fase “seed” e “start-up”. Esta é a principal conclusão do “road-show” de

divulgação do primeiro fundo de co-investimento de business angels, recentemente realizado no Porto e promovido pelo Invicta Angels e pela FNABA – Federação Nacional das Associações de Business Angels.

No debate subordinado ao tema “Os ‘business angels’ e as PME Criativas e Inovadoras na Região”, Vergílio Folhadela, presidente da ADDICT - Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, apontou a Fundação de Serralves como “o ‘ex-libris’ da indústria criativa”, pois “cria valor para a cidade e para a região, tornando mais acessível a contemporaneidade”. Por outro lado, destacou a “crescente estabilidade entre entidades culturais e empresariais”. Não obstante, alertou, os criativos “têm uma actividade muito despegada da realidade e necessitam de formas de informação e regras dos agentes económicos”.

Daí destacar o papel dos “business angels” na dinamização desta indústria, não apenas no investimento feito no arranque destas empresas, mas também pela capacidade de aportar “realismo aos projectos”. Vergílio Folhadela conclui ainda pelo “potencial enorme deste cluster para o Norte. Abrangendo áreas como a arquitectura, as antiguidades, a arte, os jogos de computador, o cinema, a música, a moda e o entretenimento e lazer, esta indústria tem, na Europa, um peso superior à indústria automóvel e, nos EUA, a soma das exportações que gera ultrapassa a indústria alimentar e de defesa juntas”.

Porém, sublinha, este “cluster” não encontra ainda condições



A apresentação e o esclarecimento de questões visam possibilitar que um maior número possível de investidores se possam candidatar ao Fundo de Co-investimento com Business Angels.

de fixação no Porto e Norte. O mesmo considera Joaquim Azevedo, presidente da Universidade Católica do Porto. Recordando a formação que aquela entidade ministra em Artes Digitais e Biotecnologia, afirma tratar-se de “áreas deficitárias e onde não há muito emprego, pelo que os formandos acabam por emigrar”. Para aquele académico, falta uma “ligação a redes de investigação e tecnologia”. José Novais Barbosa, presidente da UPTEC- Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, recordou o “impacto que a conjuntura económica teve no Porto” para reconhecer o papel que os BA podem

desempenhar na alavancagem desta indústria.

“Vale a pena investir em novas empresas”

Ricardo Luz, presidente do Invicta Angels e vice-presidente da FNABA - Federação Nacional das Associações de Business Angels, disse à “Vida Económica” que este “road show” de divulgação teve um balanço “muito positivo”.

“A participação de um grupo de excelentes oradores e de 100 pessoas representando ‘business angels’, investidores, jornalistas e outras importantes instituições

da região, fez deste um importante marco no desenvolvimento do sector do capital de risco informal no Porto/Região e em Portugal, e um evento demonstrativo do trabalho que o Invicta Angels – Associação de Business Angels do Porto vem realizando no Porto/Região”.

A participação dos “business angels” nas fase inicial pode ser crucial para o sucesso dos projectos. Sobre este aspecto, Ricardo salienta: “O que falta acontecer, no Porto/Região e em Portugal, é tornar-se habitual pessoas com o perfil de ‘business angel’ o sejam efectivamente”. Saliente-se que o “business angels” são investidores informais de capital de risco, indivíduos que investem de forma profissional no capital de PME com forte potencial de valorização, normalmente na sua criação ou durante a fase inicial do seu desenvolvimento (projectos de “seed capital” e “start-up”). Investem o que normalmente se designa por “smart money” (dinheiro, competências, tempo e rede de contactos).

“As novas empresas criativas e inovadoras e com competência e capacidade para se desenvolverem devem incorporar cada vez mais no seu capital aqueles que lhes podem acrescentar valor, trazendo-lhes ‘smart money’.”

“Os bons promotores e os bons projectos representam oportunidades, os bons ‘business angels’ aportam capacidade para potenciar e concretizar essas oportunidades”, acrescenta Ricardo Luz.

A este propósito, Ricardo Luz transmitiu a seguinte mensagem: “Vale a pena criar novas, criativas e inovadoras empresas, por parte dos empreendedores, e vale a pena nelas investir, por parte dos ‘business angels’ detentores de algum dinheiro, competências, tempo e rede de contactos, alavancando

“Business angels” reclamam política fiscal favorável

OE 2010 poderá trazer nova filosofia de incentivo

Um enquadramento fiscal mais favorável à sua actividade é um dos aspectos que a FNABA – Federação Nacional das Associações de Business Angels vem desde há muito reclamando. Tratam-se de iniciativas complementares e que envolvem “medidas fiscais competitivas de incentivo ao investimento em empresas no estágio ‘early stage’”.

Em Inglaterra, através do Enterprise Investment Scheme, onde os “business angels” (BA) podem deduzir no seu IRS, no ano de investimento, entre 20% a 30% dos montantes aportados às novas empresas, já foram criadas mais de 16 mil empresas. Em França, o Governo francês até foi mais longe ao permitir que essa dedução seja efectuada, mesmo que o investimento seja realizado fora do território francês. Vários estudos apontam para que o Estado rapidamente receba o montante deduzido, seja através da redução dos subsídios de desemprego ou aumento das contribuições para a Segurança Social, seja através de impostos directos ou indirectos. Contudo, no que respeita concretamente à vertente fiscal, que é, no entendimento da FNABA, “a mais premente, ainda não foi possível contemplá-la, pelo que acreditamos que tal venha a ser uma realidade no Orçamento Geral de Estado para 2010”.

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

as capacidades e potenciando o sucesso destas empresas”.

VIRGÍLIO FERREIRA E MARC BARROS

Caixa Capital cria fundo de 1,5 milhões de euros

O “road show” do Porto serviu ainda para apresentar a parceria entre a Caixa Capital, empresa de capital de risco do grupo CGD, e a FNABA. Nos termos deste protocolo, a CC poderá integrar a Entidade Veículo candidata ao Fundo de Co-investimento, sob certas condições: participação accionista não superior a 25% do capital; envolvimento não superior a 17,45% dos fundos totais de EV; montante máximo de capital e suprimentos de 134 500 euros (17,45% de 769 231 euros).

“A parceria com a Caixa Capital – Sociedade de

Capital de Risco, SA (Grupo CGD) é muito importante para a promoção de uma nova dinâmica de empreendedorismo e inovação, na mobilização de empreendedores, empresários, gestores, investidores e agentes de inovação relevantes, na capacidade de referenciar iniciativas empresariais que possam constituir boas oportunidades de investimento, e contribuir para o sucesso do Fundo de Co-Investimento de Business Angels e da actividade dos ‘business angels’ na criação e desenvolvimento de novas e inovadoras empresas”, salienta Ricardo Luz.

Negociações com a Air China entram num impasse

TAP afasta cenário da privatização

A participação da TAP na Air Macau está a ser directamente negociada com a Air China, sua principal accionista. No entanto, segundo fonte próxima do processo, a companhia de aviação chinesa, que detém 51% da transportadora de Macau, através da China National Aviation Corporation, apenas ofereceu à TAP 1,5 milhões de euros pela participação de 20% desta na Air Macau, menos 6,5 milhões de euros do que é pedido pela transportadora nacional.

O actual impasse nas negociações acontece no contexto de uma disputa entre os dois principais accionistas da transportadora macaense, com a TAP a interpor uma providência cautelar para suspender a operação harmónio da Air Macau. A operação de reestruturação, aprovada em assembleia-geral em Abril, implicaria uma redução de capital, de 400 milhões para

um milhão de patacas, e um posterior aumento do mesmo para o valor inicial. No final da operação, cada um dos accionistas deveria reaver proporcionalmente a sua quota, até aos 200 milhões de patacas, sendo que os restantes 200 milhões seriam controlados pelo Governo de Macau.

Outra das soluções teoricamente possíveis para solucionar as dificuldades financeiras poderia passar, quer por um aumento de capital quer pela privatização imediata, parcial ou total, da TAP. No entanto, as duas hipóteses foram já descartadas.

Se, por um lado, a Comissão Europeia deixou já claro não aceitar planos de salvação de companhias aéreas, através de ajudas estatais, por considerar que estas podem distorcer a concorrência, por outro, o presidente do Comité de Reestruturação Económico-Financeira da TAP assegurou em entrevista publicada na últi-

ma edição do “Jornal da TAP” que o futuro imediato da empresa não deverá passar pela privatização. “Antes de abrir mão do capital”, a companhia aérea deverá encontrar “cenários alternativos que permitam ao actual accionista fazer o enquadramento mais realista possível quanto ao futuro do grupo”, referiu Carlos Anjos.

Estabilidade

No plano interno, o Comité de Reestruturação e o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) estão de acordo quanto a um aspecto crucial: as soluções para a TAP devem passar pela estabilização social.

À “Vida Económica”, a administração da TAP, na voz de António Monteiro, defende que a aquisição da Portugalia foi “um bom investimento”, permitindo à TAP “reforçar

a sua posição no Porto”, e que também a VEM – Varig Engenharia e Manutenção “foi um investimento estratégico”, sendo que este “não deixará de dar resultados muito positivos oportunamente”.

Os resultados do primeiro semestre, tendo em conta a assumida estratégia de limitação de voos e rotas, para fazer face à crise e à diminuição da procura, comprovam “uma melhoria”, face a igual período do ano anterior, e que o esforço de redução de custos “está a compensar”.

Advogando que “não há outra forma de resolver os problemas existentes” que não seja através do “diálogo construtivo”, António Monteiro conclui que, “mais do que nunca”, a companhia “precisa de estabilidade” e que “só o diálogo pode conduzir a resultados positivos.”

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernandateixeira@vidaeconomica.pt